

TOPÔNIMOS HÍBRIDOS NHEENGATU-PORTUGUÊS: EVIDÊNCIAS MORFOLÓGICAS E IMPLICAÇÕES TAXIONÔMICAS

HYBRID NHEENGATU-PORTUGUESE TOPOONYMS: MORPHOLOGICAL EVIDENCE AND TAXONOMIC IMPLICATIONS

Marcos Jaime Araújo*

RESUMO

Este artigo analisa a formação de topônimos híbridos no município de Bragança/PA, resultantes da combinação entre raízes lexicais do nheengatu e sufixos derivacionais da língua portuguesa. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, baseia-se nos dados sistematizados na tese de Araújo (2024), servindo aqui como base para uma nova interpretação centrada nas formações derivacionais híbridas, com destaque para os padrões RLN+Suf.LP, RLN+Suf.LN+Suf.LP e RLN+Suf.LP+Suf.LP. Por meio da descrição morfológica e da discussão taxionômica, evidencia-se a produtividade dessas estruturas e sua inadequação frente aos modelos clássicos de classificação toponímica, como o proposto por Dick (1992). Propõe-se, assim, a ampliação da taxonomia brasileira, com reconhecimento das derivações híbridas como categoria legítima na descrição da toponímia amazônica.

Palavras-chave: Toponímia. Nheengatu. Derivação híbrida. Morfologia. Taxionomia toponímica.

ABSTRACT

This article analyzes the formation of hybrid toponyms in the municipality of Bragança, Pará, resulting from the combination of Nheengatu lexical roots and derivational suffixes from the Portuguese language. The research, qualitative and descriptive in nature, is based on data systematized in the thesis of Araújo (2024), which serves here as the foundation for a new interpretation focused on hybrid derivational formations, particularly the patterns RLN+Suf.LP, RLN+Suf.LN+Suf.LP, and RLN+Suf.LP+Suf.LP. Through morphological description and taxonomic discussion, the study highlights the productivity of these structures and their inadequacy in the face of classical models of toponymic classification, such as the one proposed by Dick (1992). The article proposes an expansion of Brazilian taxonomies, recognizing hybrid derivations as a legitimate category within the description of Amazonian toponymy.

Keywords: Toponymy. Nheengatu. Hybrid derivation. Morphology. Toponymic taxonomy.

* Doutor em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: marcos.jaime@uepa.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6145-5928>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4750865776564165>.

1 INTRODUÇÃO

A presença da Língua Geral Amazônica (LGA), posteriormente denominada Nheengatu, em regiões da Amazônia Oriental, especialmente no município de Bragança/PA, deixou marcas linguísticas profundas, notadamente nos nomes de alguns lugares. Sabe-se que o processo de colonização portuguesa, ocorrido na região, ao ser efetivado nas populações indígenas de etnia majoritariamente tupinambá, resultou no surgimento de uma nomenclatura toponímica híbrida, composta por elementos lexicais tanto do nheengatu quanto da língua portuguesa. A permanência do nheengatu, mesmo que em fragmentos morfológicos nos topônimos, configura uma importante evidência da memória linguística e cultural local.

Entre os processos formais que compõem essa toponímia mista, destacam-se as formações híbridas do tipo RLN (raiz em nheengatu) + Suf.LP (sufixo do português), RLN (raiz em nheengatu) + Suf.LN (sufixo em nheengatu) + Suf.LP (raiz em português), bem como estruturas compostas que mesclam raízes portuguesas (RLP) com raízes do nheengatu (RLN). Essas formações refletem a ação de mecanismos morfológicos resultantes do contato linguístico prolongado e da sobreposição entre os sistemas gramaticais. No entanto, apesar da recorrência desses híbridos, ainda são escassos os estudos que exploram de forma sistemática suas implicações morfológicas e taxionômicas no âmbito da toponímia amazônica e, por conseguinte, brasileira.

A classificação proposta por Dick (1992), uma das referências mais influentes na toponímia nacional, reconhece a existência de topônimos híbridos, mas tende a contemplar com mais ênfase os compostos (por justaposição ou aglutinação) do que os híbridos de natureza derivacional. Essa limitação é particularmente notável quando se trata de regiões amazônicas, em que o uso de sufixos portugueses sobre bases indígenas é prática corrente e produtiva, como demonstram topônimos como *Cajueirinho*, *Juritzal*, *Acarajozinho* e outros registrados na toponímia bragantina, já observados por Araújo (2024).

Com base nisso, este artigo tem como objetivo descrever e analisar os topônimos híbridos nheengatu-português identificados no município de Bragança/PA, com foco nas estruturas derivacionais registradas nos Quadros 11 a 14 da tese de Araújo (2024). A partir da identificação e classificação morfológica desses topônimos, propõe-se uma reflexão sobre suas implicações taxionômicas, sugerindo possíveis revisões ou ampliações nos modelos já consolidados na literatura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise toponímica dos nomes de lugares formados a partir de estruturas híbridas entre o nheengatu e o português exige uma articulação entre diferentes campos do conhecimento linguístico, especialmente a morfologia e a toponímia. A base teórica desta pesquisa apoia-se principalmente nos estudos de Dick (1990, 1992), referência fundamental para a descrição e classificação dos topônimos brasileiros. Sua proposta taxionômica considera a estrutura linguística do topônimo como critério para organização das chamadas taxes toponímicas, ainda que sua abordagem priorize, em grande medida, formações compostas por justaposição e aglutinação.

Contudo, como demonstrado por Aguilera (1999), a taxonomia toponímica brasileira carece de expansão em suas nomenclaturas e categorias, especialmente diante das realidades linguísticas do Norte do país, onde o contato entre línguas indígenas e o português resultou em processos morfológicos específicos, como a derivação híbrida.

Ao discutir a complexidade da classificação toponímica, Aguilera (1999) ressalta a limitação dos modelos tradicionais ao afirmar que:

Boa parte do universo a ser investigado fica fora de ambas [as propostas de Dick e Salazar-Quijada], não obstante a utilização de metodologias diversas, além da pesquisa direta e indireta, tais como consulta a dados históricos, geográficos, etimológicos, folclóricos, entre outros” (AGUILERA, 1999, p. 135)

A autora defende a criação de novas categorias quando as existentes se mostram insuficientes, posição que sustenta a proposta deste trabalho de reconhecer as formações híbridas como categoria legítima na taxonomia brasileira.

Além das abordagens já mencionadas, é necessário considerar que o fenômeno do hibridismo toponímico está inserido em um quadro maior de contato linguístico e de interações socioculturais. Segundo Amaral (2002), as línguas em contato frequentemente geram formas mistas que refletem a tensão entre resistência e adaptação cultural. Esses processos de nomeação mista, portanto, constituem não apenas estruturas morfológicas, mas também evidências de dinâmicas identitárias que se perpetuam na linguagem. Nessa linha, Faraco (2010) defende que a linguagem carrega marcas profundas de historicidade e ideologia, e que o estudo dos nomes pode revelar camadas significativas de resistência simbólica e de afirmação territorial.

Os topônimos híbridos podem também ser compreendidos no escopo da paisagem linguística, conceito abordado por autores como Landry e Bourhis (1997), segundo os quais a

visibilidade das línguas em espaços públicos revela disputas de poder, memória e identidade. No caso amazônico, a permanência de nomes com raízes indígenas associadas a elementos da língua portuguesa pode ser interpretada como uma forma de presença linguística ancestral que desafia a hegemonia da língua dominante.

Bortoni-Ricardo (2005), ao tratar da variação e mudança linguística em contextos multilíngues, observa que a hibridização lexical ocorre com frequência nos territórios marcados por colonizações múltiplas. Esse tipo de processo pode ser percebido na toponímia bragantina, na qual o substrato nheengatu permanece ativo, mesmo quando inserido em molduras morfológicas típicas do português. Essa visão reforça a importância de abordagens interdisciplinares, que aliem morfologia, onomástica, sociolinguística e estudos culturais na compreensão da toponímia híbrida amazônica.

Nesse contexto, os trabalhos de Kehdy (2005) e Gonçalves (2016) tornam-se fundamentais, por tratarem da formação de palavras em língua portuguesa com foco na derivação sufixal, um processo altamente produtivo nos topônimos analisados nesta pesquisa.

No que se refere à morfologia do nheengatu, recorre-se à obra de Stradelli (2014), cuja contribuição lexicográfica é valiosa para o reconhecimento das raízes indígenas e dos afixos próprios dessa língua, além de Cruz (2011), que discute os processos de gramaticalização no nheengatu, especialmente no que tange à adjetivação e substantivação. Ambas as fontes são imprescindíveis para a identificação dos radicais lexicais nheengatu (RLN) presentes nos topônimos bragantinos.

A perspectiva adotada nesta pesquisa também se ancora na proposta morfossintática de Câmara Jr. (1970), particularmente no que diz respeito à classificação de formas livres e formas presas, útil para a descrição dos elementos constituintes dos topônimos híbridos. Essa abordagem permite uma análise mais rigorosa da estrutura interna do signo toponímico, articulando morfologia e semântica na composição das taxes.

Além dessas contribuições, esta pesquisa segue os pressupostos da onomástica e da lexicologia enquanto campos anciliares, considerando que a nomeação de lugares se insere em um processo cognitivo e sociocultural que envolve o léxico de mais de uma língua. Como reforça Biderman (1987), o léxico é um espaço privilegiado da memória cultural, e os topônimos híbridos analisados neste estudo exemplificam essa coexistência de sistemas linguísticos em um mesmo signo.

Dessa forma, este referencial teórico oferece suporte à descrição e análise das formações toponímicas híbridas nheengatu-português, permitindo que se compreenda não apenas sua estrutura formal, mas também suas implicações taxionômicas, culturais e históricas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter analítico-descritivo, voltada à identificação, descrição e interpretação de padrões morfológicos híbridos em topônimos do município de Bragança, no estado do Pará. O estudo tem como base o banco de dados construído por Araújo (2024) em sua tese de doutorado, o qual sistematizou 152 topônimos de origem nheengatu, previamente reunidos em Araújo (2019) por meio de levantamento documental, e posteriormente confirmados e ampliados em visitas de campo realizadas entre 2021 e 2023.

A seleção dos topônimos analisados neste artigo obedeceu a um critério morfológico: foram incluídos apenas os que apresentam formações híbridas, isto é, combinações estruturais entre raízes lexicais do nheengatu (RLN) e sufixos derivacionais do português (Suf.LP), bem como aqueles com sufixação mista ou encadeada, a exemplo das estruturas RLN + Suf.LN + Suf.LP e RLN + Suf.LP + Suf.LP. Também foram considerados alguns casos de justaposição entre raízes nheengatu e portuguesas, como RLN + RLP ou RLP + RLN, desde que evidenciassem um grau consistente de hibridismo estrutural.

A delimitação desse recorte temático foi guiada pelos dados sistematizados nos Quadros 1 e 2, a seguir, os quais descrevem padrões de formação híbrida que não se encaixam integralmente nas classificações tradicionais de Dick (1992), sobretudo pela presença de sufixação portuguesa em raízes indígenas.

Quadro 1: Formação híbrida por derivação simples (raiz nheengatu + sufixo português).

Estrutura morfológica	Topônimo		Qtd.
	El. Genérico	El. Específico	
RLN+Suf.LP	Povoado	Buritizal (EH) Bacurizinho (EH) Cajueiro (EH) Juritizal (EH)	4
		Igarapé	
	Ilha	Cajueiro (EF)	1
Total			6

Fonte: (ARAÚJO, 2024).

Quadro 2: Formação híbrida por derivação dupla (raiz nheengatu + sufixo nheengatu + sufixo português; raiz nheengatu + sufixo português + sufixo nheengatu).

Estrutura morfológica	Topônimo		Qtd.
	El. Genérico	El. Específico	
RLN+Suf.LN+Suf.LP	Povoado	Acarajozinho (EH) Urumajozinho (EF)	2
RLN+Suf.LP+Suf.LP	Igarapé	Cajueirinho (EF)	1
Total			3

Fonte: (ARAÚJO, 2024).

A segmentação dos topônimos seguiu os princípios da morfologia descritiva, conforme proposto por Câmara Jr. (1970), aplicados à identificação de formas livres e formas presas. A classificação dos elementos foi orientada pelos critérios taxionômicos estabelecidos por Dick (1992), com adaptações necessárias diante das especificidades do *corpus* amazônico, conforme proposto por Aguilera (1999). Para a identificação das raízes e sufixos nheengatu, foram utilizadas as obras de Stradelli (2014), em sua contribuição lexicográfica, e de Cruz (2011), quanto à gramaticalização e à morfologia da língua. No que se refere à derivação portuguesa, recorreu-se aos estudos de Kehdy (2005) e Gonçalves (2016), com ênfase nas estruturas produtivas do português brasileiro.

Os dados, acima mostrados, foram organizados em quadros classificatórios, contendo: estrutura morfológica, exemplo do topônimo, categoria semântica predominante (flora, fauna, hidrografia etc.) e número de ocorrências.

Essa organização permitiu a identificação de padrões de formação híbrida e a verificação de sua produtividade. A análise interpretativa buscou, além da descrição estrutural, discutir as implicações taxionômicas dessas formações, especialmente frente aos limites das classificações tradicionais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos topônimos híbridos nheengatu-português registrados no município de Bragança/PA revela padrões morfológicos específicos que contrastam com as classificações tradicionais, como as propostas por Dick (1992), ao mesmo tempo em que evidenciam a complexidade linguística resultante do contato prolongado entre o nheengatu e o português. A seguir, descrevem-se e discutem-se as formações toponímicas conforme os padrões de

hibridismo observados, com base nas estruturas documentadas nos quadros, acima, apresentados.

4.1 Formação RLN + Suf.LP

Nesta estrutura, observa-se a presença de raízes lexicais nheengatu (RLN) combinadas com sufixos derivacionais da língua portuguesa (Suf.LP), evidenciando um padrão híbrido que articula léxico indígena e morfologia portuguesa. Topônimos como *Buritizal*, *Bacurizinho*, *Cajueiro* e *Juritzal* ilustram esse modelo, identificado no Quadro 11 da tese de Araújo (2024, p. 178).

A base lexical de cada topônimo provém do nheengatu:

- a) buriti: da raiz *mbyrity*, designando uma palmeira típica da região amazônica (Stradelli, 2014, p. 437);
- b) bacuri: do nheengatu *uacyry*, fruto nativo e muito consumido na culinária local (Stradelli, 2014, p. 509);
- c) caju: do nheengatu *acaiú*, árvore e fruto com ampla distribuição no território paraense (Stradelli, 2014, p. 315);
- d) juriti: da raiz *yurity*, uma espécie de ave (pomba silvestre) muito presente no imaginário amazônico (Stradelli, 2014, p. 396).

A estes radicais, são acrescidos sufixos como -al, -eiro e -inho, marcadores de coletividade (*buritizal*, *juritzal*), locatividade (*cajueiro*) e diminutividade (*bacurizinho*), todos plenamente integrados à morfologia do português. O hibridismo se manifesta, assim, na justaposição de um radical indígena com operadores morfossintáticos portugueses, criando signos toponímicos que remetem simultaneamente à ancestralidade linguística indígena e à estrutura gramatical portuguesa.

Do ponto de vista taxionômico, trata-se de fitotopônimos híbridos derivacionais, com forte carga referencial à flora local. A análise evidencia que a tipologia de Dick (1992), ao privilegiar a composição como principal mecanismo formador, não contempla adequadamente essas derivações híbridas, que constituem um padrão altamente produtivo na toponímia bragantina, conforme aponta Araújo (2024, p. 181): “As formações do tipo RLN + Suf.LP constituem estruturas recorrentes nos topônimos de Bragança/PA, revelando um padrão morfológico híbrido que escapa aos modelos tradicionais baseados na composição pura.”

4.2 Formação RLN + Suf.LN + Suf.LP

A presença simultânea de sufixos das duas línguas – nheengatu e português – sobre uma base lexical indígena representa um estágio avançado de hibridismo. Esse padrão híbrido que se constitui de três camadas, observadas nos topônimos *Acarajozinho* e *Urumajozinho* e documentadas no Quadro 12 da tese (ARAÚJO, 2024, p. 182). A estrutura consiste em uma raiz nheengatu (RLN), seguida de um sufixo da mesma língua (Suf.LN) e, por fim, de um sufixo português (Suf.LP).

- a) *acará*: do nheengatu *akará*, nome de um peixe de água doce bastante comum na região amazônica (Stradelli, 2014, p. 36);
- b) *uruma*: da raiz *guarumã*, designação de uma planta (Stradelli, 2014, 514).

O sufixo *-jo*, presente em ambos os topônimos, é descrito por Sampaio (1979, p. 68) como indicador de procedência ou origem, ou seja, *Acarajo* pode ser lido como “lugar de onde vem o acará” e *Urumajo* como “lugar de onde vem o uruma”. A adição do sufixo *-zinho*, próprio da morfologia portuguesa, acrescenta o traço de diminutividade ou afetividade, resultando numa dupla marcação de procedência e dimensão.

Essa combinação de sufixos de diferentes matrizes linguísticas representa mais que um simples acréscimo morfológico: trata-se de um processo de gramaticalização cruzada, no qual operadores semânticos de línguas distintas se sobrepõem funcionalmente. A estrutura RLN + Suf.LN + Suf.LP materializa, assim, um grau elevado de hibridismo, no qual se conjugam identidade territorial ancestral e reconfiguração colonial.

Tais topônimos não apenas se mostram distintos das categorias de Dick (1992), mas também desafiam os modelos tradicionais de morfologia, exigindo a consideração de derivações híbridas múltiplas como categoria legítima na taxonomia toponímica estudada, como afirma Araújo (2024, p. 182): “A presença combinada de sufixos nheengatu e portugueses em um mesmo topônimo evidencia um hibridismo morfológico triplo, que impõe revisão nas categorias atualmente disponíveis na literatura.”

4.3 Formação RLN + Suf.LP + Suf.LP

A formação morfológica RLN + Suf.LP + Suf.LP é exemplificada no topônimo Cajuérinho, registrado no Quadro 13 da tese (ARAÚJO, 2024, p. 182). Nesse caso, a raiz caju (do nheengatu *akayu* ou *akaiú*, conforme Stradelli, 2014, p. 41) é seguida pelos sufixos portugueses *-eiro* e *-inho*, em um processo de derivação encadeada.

O primeiro sufixo, -eiro, adiciona valor locativo ou classificatório, formando cajueiro (árvore ou lugar onde há cajus), e o segundo, -inho, introduz o traço de diminutividade ou de afetividade, criando cajueirinho, que pode ser interpretado como “pequeno lugar de cajueiros” ou “cajueiro de pequena proporção”.

Apesar de a estrutura ser formalmente derivacional e inteiramente em português do ponto de vista morfológico, a presença da raiz indígena como base lexical confere à formação o estatuto de topônimo híbrido, pois conserva a memória nheengatu na base do signo toponímico. A estrutura RLN + Suf.LP + Suf.LP deve, portanto, ser reconhecida como uma categoria de hibridismo derivacional em cadeia, demonstrando a plena integração do léxico nheengatu às operações morfológicas do português.

Esse modelo de hibridismo reforça a ideia de que a influência indígena não está restrita a estruturas simples, mas permeia as estratégias de complexidade morfológica, com implicações para a representação simbólica do território. Esse tipo de formação híbrida evidencia o modo como as raízes nheengatu são reinterpretadas morfologicamente a partir das regras derivacionais do português.

4.4 Considerações taxionômicas

A análise das formações híbridas nheengatu-português presentes na toponímia bragantina evidencia a existência de estruturas morfológicas que ultrapassam as categorias estabelecidas pela taxionomia clássica proposta por Dick (1992), sobretudo no que se refere à derivação. A presença sistemática de sufixos portugueses (como -al, -eiro, -inho) aplicados a radicais de origem nheengatu, bem como a ocorrência de sufixação mista (LN + LP) ou encadeada, como demonstrado em Buritzal, Acarajozinho e Cajueirinho, demanda a consideração de novos critérios classificatórios mais sensíveis à realidade amazônica.

Tal inadequação remete à crítica de Aguilera (1999, p. 133) sobre a dificuldade de se aplicar rigidamente os modelos taxionômicos disponíveis: “Com exceção de poucos macrotopônimos, muitos microtopônimos ainda resistem à classificação canônica, seja pela ausência de uma taxe, seja pela etimologia obscura, ou pela inadequação parcial no encaixe do elemento à classe”. Esses desafios justificam, como propõe a autora, a necessidade de novas taxonomias, construídas a partir da realidade linguística e cultural dos territórios analisados.

Do ponto de vista semântico, os topônimos analisados distribuem-se majoritariamente nas seguintes categorias:

- a) Fitotopônimos: *Buritizal, Bacurizinho, Cajueiro, Cajueirinho* e *Urumajozinho*, de associação à vegetação local;
- b) Zootopônimos: *Acarajozinho*, com base em espécies aquáticas da fauna amazônica.

O traço comum entre esses topônimos, no entanto, não reside apenas no enquadramento taxionômico (semântica), mas principalmente na estrutura morfológica híbrida, o que sugere que a morfologia deve ser elevada a critério principal na organização das taxes toponímicas, conforme propõe a tese de Araújo (2024, p. 215). Segundo o referido autor, “A taxonomia toponímica, para ser eficaz na descrição da realidade amazônica, deve incorporar a derivação híbrida como categoria formal autônoma, rompendo com a primazia absoluta da composição.” (ARAÚJO, 2024). A taxonomia tradicional, centrada majoritariamente em estruturas compostivas (justaposição e aglutinação), não contempla a diversidade e a produtividade da derivação sufixal, tampouco reconhece o hibridismo como categoria classificatória autônoma.

Diante disso, propõe-se a criação de novas subcategorias taxionômicas, capazes de representar adequadamente os fenômenos observados, a saber:

- a) Derivação híbrida simples: RLN + Suf.LP (ex.: *Juritzal*);
- b) Derivação híbrida composta: RLN + Suf.LN + Suf.LP (ex.: *Urumajozinho*);
- c) Derivação híbrida encadeada: RLN + Suf.LP + Suf.LP (ex.: *Cajueirinho*);
- d) Topônimos de procedência com sufixo indígena: RLN + Suf.LN (ex.: *Acarajo* como forma base, indicando “de onde vem o acará”).

A adoção dessas categorias reforça a ideia de que a toponímia nheengatu de Bragança/PA constitui um campo produtivo de hibridismo linguístico, cuja descrição precisa ser orientada por critérios formais e não apenas semânticos ou etnogeográficos.

Além disso, essas estruturas revelam o papel da língua portuguesa não apenas como instrumento de dominação colonial, mas também como vetor de reconfiguração formal sobre o léxico indígena. Por sua vez, a permanência dos radicais nheengatu indica resistência e continuidade simbólica, revelando uma memória linguística que se atualiza por meio de adaptações morfológicas.

Por fim, a integração entre morfologia e taxonomia, conforme propõe Araújo (2024), possibilita uma verticalização analítica da toponímia, superando modelos descritivos genéricos e proporcionando uma compreensão mais precisa das dinâmicas linguísticas de contato e da configuração dos signos toponímicos amazônicos.

4.5 Considerações sobre memória e identidade

Os topônimos híbridos nheengatu-português registrados na toponímia bragantina são também marcadores simbólicos da permanência da memória linguística indígena. Como afirma Biderman (1987), o léxico é uma instância privilegiada da memória cultural, e os nomes de lugar atuam como signos de resistência linguística e identitária. Ao manterem raízes nheengatu combinadas com operadores morfológicos do português, esses topônimos atualizam um repertório lexicológico ancestral, adaptado às novas configurações gramaticais impostas pela colonização.

Essa coexistência é representativa do que Cruz (2011) identifica como gramaticalização transcultural, na qual a estrutura de uma língua serve de base para a reelaboração de sentidos em outra. Nesse contexto, os topônimos como *Urumajozinho* e *Cajueirinho* expressam não apenas localizações geográficas, mas também camadas de identidade, afeto e pertencimento. A análise dessas estruturas revela, portanto, um elo entre o espaço e a história, entre a linguagem e a memória.

4.6 Implicações para a taxionomia nacional

A sistematização das formações híbridas observadas no município de Bragança/PA aponta para a necessidade de revisão das bases da taxionomia toponímica brasileira, notadamente daquela formulada por Dick (1992). A categorização tradicional privilegia estruturas compostivas e tende a marginalizar ou absorver indistintamente as formações derivacionais híbridas, mesmo quando estas apresentam padrões morfológicos recorrentes e produtivos.

Como evidenciado nesta pesquisa, topônimos como Acarajozinho, Juritzal e Cajueirinho não encontram enquadramento preciso nas categorias disponíveis. Isso demonstra que os critérios de classificação devem ser reajustados para incluir a derivação como mecanismo formador autônomo, especialmente nas regiões de contato linguístico prolongado.

Assim, propõe-se que a taxionomia brasileira passe a reconhecer formalmente categorias como “Derivação híbrida simples”, “Derivação híbrida composta” e “Derivação híbrida encadeada”, como forma de representar mais adequadamente a diversidade linguística presente na toponímia amazônica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos topônimos híbridos nheengatu-português do município de Bragança/PA permitiu evidenciar não apenas a complexidade morfológica, mas também a riqueza linguístico-cultural que permeiam os processos de nomeação na Região Amazônica. A partir da identificação das estruturas RLN + Suf.LP, RLN + Suf.LN + Suf.LP e RLN + Suf.LP + Suf.LP, observou-se que o hibridismo toponímico não se restringe a um fenômeno marginal ou acidental, mas constitui um processo sistemático e produtivo, refletindo dinâmicas de contato linguístico de longa duração entre língua de matriz indígena e a língua portuguesa.

Os resultados indicam que as formações híbridas analisadas não se enquadram plenamente na taxionomia proposta por Dick (1992), que ainda privilegia a composição em detrimento de formas derivacionais híbridas. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de revisão e ampliação dos modelos classificatórios da toponímia brasileira, incorporando categorias que deem conta das especificidades morfológicas e semânticas resultantes do contato interlingüístico, especialmente no contexto amazônico.

Verificou-se, também, que os topônimos híbridos exercem papel significativo na manutenção da memória lexical do nheengatu, mesmo quando subordinados a estruturas morfológicas do português. Tal fato aponta para a permanência simbólica da língua de base Tupinambá no repertório toponímico, conferindo-lhe valor etnolinguístico e histórico.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem adotada neste estudo, de natureza qualitativa, com ênfase na descrição morfológica e análise taxionômica — mostrou-se eficaz para evidenciar padrões recorrentes e propor interpretações que ultrapassam a simples categorização estrutural, considerando também os aspectos culturais e históricos implicados na nomeação.

Como encaminhamentos para pesquisas futuras, recomenda-se:

- a) A ampliação do *corpus* para outras regiões da Amazônia Legal onde o nheengatu ou outras línguas gerais tenham deixado vestígios toponímicos, como a Microrregião Bragantina, formada, além de Bragança/PA, por outros 12 municípios;
- b) A aplicação da proposta de categorização híbrida em outros conjuntos linguísticos brasileiros (ex: tupi-guarani + português, línguas africanas + português);
- c) O estudo da recepção desses topônimos pelas comunidades locais, com ênfase nos aspectos identitários e representacionais que envolvem a nomeação de lugares.

Em síntese, os topônimos híbridos analisados neste artigo constituem não apenas objetos linguísticos de interesse morfológico, mas também marcadores culturais de um passado de

contato, resistência e negociação simbólica. A toponímia amazônica, portanto, demanda instrumentos teóricos e metodológicos mais sensíveis às suas peculiaridades, e a integração entre morfologia, semântica e taxionomia surge como caminho estimulador para a sua compreensão mais ampla.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Taxionomia de topônimos: problema sem solução?* *Signum: Estudos de Linguística*, Londrina, n. 2, p. 125-137, out. 1999.

AMARAL, Maria do Carmo M. do. *Línguas em contato: o português no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

ARAÚJO, Marcos Jaime. *Toponímia de origem tupinambá do município de Bragança/PA: alguns resultados*. Dissertação de Mestrado em Linguística Programa de Pós-Graduação em Letras / PPGL, Universidade Federal do Pará,UFPA, 2019. AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A toponímia no Brasil: estado da arte*. Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 37, p. 7–28, 1999.

ARAÚJO, Marcos Jaime. *Sistematização da classificação taxionômica toponímica nheengatu de Bragança/PA*. 2024. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

BIDERMAN, Maria Teresa. *Introdução à lexicologia: o estudo das unidades lexicais do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O falar caboclo do Brasil Central: uma abordagem sociolinguística*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CRUZ, Márcia Nogueira. *A gramaticalização no Nheengatu: um estudo sobre a adjetivação e a substantivação*. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica do Brasil: subsídios para uma toponomástica semântico-cognitiva*. São Paulo: EDUSP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *O nome das coisas: introdução à teoria lexical*. São Paulo: EDUSP, 1992.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

GONÇALVES, Grevil. *Formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.

- KEHDY, Jacyra. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LANDRY, Rodrigue; BOURHIS, Richard Y. *Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: An empirical study*. Journal of Language and Social Psychology, v. 16, n. 1, p. 23–49, 1997.
- SAMPAIO, Teodoro Fernandes. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- STRADELLI, Ermanno. *Vocabulário comparativo da língua geral brasílica ou nheengatu com o latim, o português, o italiano, o francês e o inglês*. 2. ed. Manaus: EDUA, 2014. (Reimpressão fac-similar da edição de 1929).

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Pará (UFPA), ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e à Universidade do Estado do Pará (UEPA) pelo suporte institucional durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como às comunidades de Bragança/PA, que contribuíram com informações e validação dos topônimos.

FINANCIAMENTO

Este trabalho contou com bolsa de doutorado concedida pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), conforme a Portaria nº 1033, de 16 de junho de 2021, publicada no DOE nº 34.616, de 21 de junho de 2021, e fundamentada na Resolução nº 3820/22-CONSUN, de 20 de abril de 2022.

CONFLITOS DE INTERESSE

Declarar não haver nenhum conflito de interesse. Texto sugestivo: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política e financeira referente a este manuscrito.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados utilizados nesta pesquisa estão disponíveis mediante solicitação ao autor, visando à promoção da transparência científica e ao fortalecimento das evidências na área dos estudos toponímicos.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Comunicação Universitária - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

OPEN ACCESS

Este manuscrito é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](#). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE

Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto [iTThenticate](#) da Turnitin, através do serviço [Similarity Check](#) da Crossref.



PUBLISHER

Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Publicação no Portal de Periódicos da Universidade do Estado do Pará. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.



HISTÓRICO

Submetido: 13 de junho de 2025.

Aprovado: 09 de outubro de 2025.

Publicado: 20 de outubro de 2025.